



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009574-13.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIA CAROLINA MACHADO MAGNUS**
 Requerido: **AUTO SHOP LTDA. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um automóvel da primeira ré, a qual se comprometeu a enviar-lhe em seguida o correspondente CRV para que pudesse realizar a transferência do mesmo para o seu nome.

Alegou ainda que depois de quatro meses isso não aconteceu e que então veio a tomar conhecimento de que a documentação se encontrava com a segunda ré, antiga proprietária do veículo.

Como a mesma se negou a entregar-lhe o CRV aludido, almeja à condenação de ambas à regularização da situação.

A primeira ré é revel.

Citada regularmente, ela não compareceu à audiência realizada, não ofertou contestação e tampouco justificou sua inércia, de sorte que se presumem quanto a ela verdadeiros os fatos articulados pela autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como se não bastasse, a versão exordial é respaldada pelo documento de fl. 02 que demonstra a venda, pela primeira ré, de um automóvel à autora.

Já os termos da peça de resistência apresentada pela segunda ré não a favorecem.

Ela salientou que deixou o veículo em apreço em consignação junto à primeira ré para que o alienasse, repassando-lhe o valor apurado com a retenção de uma comissão de cinco por cento.

Admitiu que posteriormente soube que houve a venda do mesmo, tanto que recebeu R\$ 10.000,00 da primeira ré, além de ressaltar que ela lhe ficou devendo R\$ 27.905,00.

Nesse contexto, é certo que a venda do veículo pela segunda ré se implementou, seja porque aconteceu a sua tradição, seja porque especialmente o pagamento foi consumado, mesmo que parcialmente.

Isso somente seria cogitável mediante a concretização do negócio, pois é inconcebível a percepção de valor da monta ventilada (R\$ 10.000,00) em caso contrário, até porque nenhuma ressalva foi feita a esse propósito.

Deverá a segunda ré diligenciar o recebimento da quantia a que repute fazer jus perante a primeira ré, mas isso não pode afetar a autora.

Prospera bem por isso a pretensão deduzida, incumbindo às rés a regularização da situação posta, exceção feita à imposição de multa tendo em vista a perspectiva de suprimento de sua vontade.

Por fim, assinalo que outras questões suscitadas ao longo do feito (concernentes ao pagamento de IPVA do veículo, à multa imposta à segunda ré e à pontuação dela derivada) não poderão ser aqui dirimidas porque não constituem o objeto da ação.

Incumbirá às partes buscar a solução amigável para tanto, pois do contrário outras demandas poderão vir a ser ajuizadas no futuro.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em, no prazo máximo de dez dias, entregar à autora o CRV do automóvel em apreço devidamente regularizado para que ela possa realizar a transferência do mesmo para o seu nome.

Destaco desde já que na hipótese de descumprimento pelas rés da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para a autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Transitada em julgado, intimem-se as rés pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**